

“Quando de um eclipse solar, desaparecem referenciais básicos; é noite sendo dia, ou melhor, não se sabe o que é noite e o que é dia. Não há orientação possível... Quando eu era pequena, me disseram que para poder assistir a um eclipse solar era preciso olhar o céu com um pedaço de vidro enfumaçado. Sem ele seria impossível ver o que se passava, mas o vidro colocaria um filtro entre nós e o sol que permitiria vê-lo. Talvez o que nos falte hoje seja precisamente este elemento introdutor de distâncias”.

Nancy Mangabeira Unger, ‘O Reencantamento do Humano’

Não é tarefa fácil escrever sobre o contexto brasileiro neste ano de 2018. Dói. Iniciei minha trajetória política no finalzinho dos anos 70, ainda adolescente, ajudando a sepultar uma longa ditadura militar e participando do grande mutirão para construir, tijolo por tijolo, nossa democracia. Foi um período de muitas lutas, parciais avanços, entraves. Mas foi um tempo luminoso, solar, quente.

Fomos capazes de consolidar o Brasil como referência e verdadeiro “laboratório” de inovações sociais, de ampliar e de criar novos direitos, de reduzir significativamente a extrema pobreza e ao menos parcialmente diminuir o imenso abismo das desigualdades sociais. Garantimos água de boa qualidade para mais de 600.000 famílias da região semiárida. Fomos capazes de retirar o Brasil do Mapa da Fome!

Esses avanços foram possíveis em boa medida facilitados pela ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, que elevou exponencialmente os investimentos sociais. Lula, o primeiro presidente na história do Brasil egresso das classes trabalhadoras, se consolidou como um símbolo da capacidade e do senso de merecimento por parte dos mais pobres. Elegeu sua sucessora, primeira mulher a governar um país profundamente machista.

A descoberta de reservas de petróleo no litoral (chamada pré-sal) garantiria o aumento dos investimentos em saúde e educação, seria o passaporte do Brasil para o futuro. A redução da pobreza iria fazer avançar o país. Em breve o Brasil sediaria a Copa do Mundo e a reeleição de Dilma Rousseff garantiria um quarto mandato ao Partido dos Trabalhadores. A esperança, definitivamente, tinha vencido o medo.

Houve um eclipse.

Agosto de 2018. eEstou num dia de especial fragilidade, evito abrir o facebook para não me deparar com algum *meme* que me fará encarar *qual o direito que perdemos hoje*, ou me lembrar de que o melhor presidente e principal liderança popular deste país continua preso, acusado e condenado sem que fossem apresentadas provas de que tenha cometido algum delito. Ou, mais do que isso, evito lembrar qual foi a última lutadora social, o último defensor de direitos humanos, assassinado. E foram muitos. Somente em conflitos no campo, foram 70 assassinatos em 2017.

E esses mortos têm nome, têm família, têm história. Um deles me dói em especial. Conheci o Márcio Matos quando ele era ainda adolescente, num curso de formação sobre participação cidadã. Éramos amigos, acompanhei sua trajetória e fiquei orgulhoso quando ele aos 21 anos se tornou a mais jovem liderança a fazer parte da Coordenação Nacional do MST. Foi assassinado aos 33 anos no assentamento de reforma agrária onde morava, ao lado do filho de seis anos. Para aumentar o terror, lideranças locais afirmaram que a morte de Márcio foi para

“comemorar a condenação do Lula”. Ele foi assassinado ao final da tarde, no mesmo dia em que o ex-presidente foi condenado em segunda instância, abrindo a possibilidade de prisão e de inviabilização de sua candidatura.

Mas as más notícias não se resumem aos mortos de hoje. Com os cortes orçamentários e a acelerada precarização no atendimento à saúde, a mortalidade infantil voltou a crescer depois de 25 anos em tendência de queda. A cada noite, mais pessoas dormindo nas ruas. Segundo a última estatística, hoje são mais de 13 milhões de desempregados/as. O orgulho radiante da filha de empregada doméstica que virou médica ou do filho do agricultor que virou advogado vem sendo substituído avassaladoramente pelo desencanto envergonhado do engenheiro que virou motorista do Uber.

Se nos governos de Lula e Dilma reclamávamos dos impactos socioambientais da expansão do agronegócio e suas commodities para exportação, agora nos deparamos com a ameaça muito concreta de internacionalização e mercantilização das terras agricultáveis, das águas, das riquezas minerais e do petróleo. Este é o verdadeiro 7 X 1. E perdemos nosso mais importante título, na principal Copa do Mundo: os atuais dados sobre insegurança alimentar e nutricional no Brasil nos levam novamente para o Mapa da Fome.

É fato que o golpe midiático, judicial e parlamentar que culminou no impeachment de Dilma Rousseff – interrompendo o período mais longo de um partido à frente do Governo Federal – e a posterior e frenética agenda de imposições de medidas neoliberais na economia, de redução ou supressão de programas sociais e de desconstrução de direitos, jogou o Brasil em uma situação caótica. Se o presente é sombrio, o futuro se desenha mais sombrio ainda.

Mas não éramos o país do futuro? Não éramos já um *global player*, peça fundamental dos BRICS e impulsionador de avanços nos países irmãos da América Latina? O que deu de tão errado assim?

Há teses e justificativas em profusão: foi o PT que traiu a classe trabalhadora e cedeu a práticas tradicionais da velha política; foi porque não fizemos trabalho de base; foi porque os partidos de esquerda não ouviram o clamor das ruas; tudo começou com o equívoco das jornadas de junho de 2013, com seus black-blocs e hegemonizada pela direita; foi porque o governo não fez as reformas necessárias; foi a aposta na inclusão pelo consumo e não pelo acesso a direitos; foi a classe média incomodada com o encarecimento e a escassez de mão-de-obra para serviços domésticos...

No escuro e com o dedo em riste, esbarrando uns nos outros, nas reuniões e no tribunal do facebook, vomitamos nossas teses. Disputamos quem terá mais *likes*, com a tese mais *lacradora*. E novos golpes nos atingem e, principalmente, atingem as pessoas sem-teto, sem-terra, pescadores, mulheres, povos indígenas, jovens pobres e negros das periferias.

A eleição de outubro, primeira eleição presidencial após o golpe de 2016, traz muitas incertezas e apreensões. Traz ruidosas perguntas: Quanto tempo de televisão terá cada candidatura? Facebook, Twitter ou Whatsapp influenciarão mais do que as mídias tradicionais? A esquerda está preparada para lidar com as *fake news*, que foram determinantes para eleger Trump nos EUA e derrubar a Dilma no Brasil? Haverá condições de estarmos, nós do campo

popular, todos juntos no segundo turno? Não? O pior cenário é a eleição do candidato de ultra-direita que defende a ditadura militar ou a do candidato de direita ultra neo-liberal? Quem lutou contra o golpe pode se aliar com golpistas nas eleições? Marina Silva hoje é de esquerda ou de direita?

Para alguns as eleições trazem também alguma esperança (meio pálida e um tanto cansada, é bem verdade) de que o Brasil poderá voltar a sorrir. Mas quando permitimos que o ruído externo silencie, outras perguntas – e angústias – nos atravessam. Onde estará aquela outra Esperança, radiante, luminosa, solar? E se o que chamamos de golpe não se tratar de um eclipse? Se o que enfrentaremos, independente do resultado das eleições, for uma longa noite de retrocessos e acomodações à agenda liberal transnacionalizada?

E então percebemos que nos falta esse *vidro esfumado* que permite olhar para o sol durante um eclipse, sem nos cegarmos. Um elemento que crie certo distanciamento do que está acontecendo no aqui-e-agora e nos permita perceber movimentos maiores e mais complexos.

Reconhecer que houve um golpe midiático, parlamentar e jurídico que culminou com o impeachment de Dilma, não é suficiente. Apenas lutar para revertê-lo não é suficiente. Somente a crítica e a auto-crítica também não são suficientes. O momento que vivemos se apresenta bem mais complexo do que estamos acostumados e exige espaço para outras perguntas e hipóteses.

Uma hipótese possível para a leitura deste momento é de que estamos vivendo **momento de transição**, uma situação bem mais complexa do que um simples impasse na conjuntura nacional. Poderíamos afirmar do período pós-ditadura militar (1986) até o final do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2014), a sociedade civil organizada foi uma força motriz essencial para a conquista de uma série de avanços que configuraram o que poderíamos chamar de um **“Ciclo de Direitos”** na história recente do Brasil. O que virá pela frente? Ainda sabemos pouco.

Ao pensar o futuro, precisamos nos perguntar: como enfrentar a crise de legitimidade e funcionalidade das instituições? Como enfrentar o avanço do pensamento conservador e fundamentalista no país (e no mundo)? Como desenvolver estratégias mais sustentáveis para influenciar transformações nas estruturas sociais? Como incidir para que haja mudança de visões e atitudes (visão de mundo e cultura política) por parte da sociedade? Como contribuir para formar pensamento, um imaginário mais generoso e inclusivo?

Essas perguntas apresentam vários desafios para as organizações e movimentos sociais, demandando centralidade estratégica para a comunicação direta com a sociedade. O que supõe um desafio enorme na articulação de mensagens, formas e linguagens que possam efetivamente chegar ao cidadão comum, influenciar sua opinião e estimulá-lo à ação política. Há também a necessidade de uma Inflexão na estratégia, garantindo maior equilíbrio entre incidência institucional e disputa de narrativas no espaço público.

Reconhecer que estamos vivendo um momento histórico no qual ainda sabemos pouco exige espaços para as perguntas novas, mais do que para as respostas de sempre. Exige fazer as perguntas incômodas e lidar com as hipóteses provisórias. Momento de conviver com a dúvida, de aprender com ela, de aprender a fazer novas perguntas.

Reconhecer a complexidade do presente momento também nos obriga a humildemente aprender daqueles para os quais nunca houve cidadania plena, desde que aqui aportaram escravizados nos porões dos navios negreiros e desde que tiveram suas terras tomadas com a chegada dos europeus. Eles resistiram e projetam futuros, constroem e ampliam cotidianamente novos quilombos.

Adriano Martins

Texto escrito em agosto de 2018, fortemente influenciado pelas reflexões dos processos de formação em incidência política desenvolvidos pelo CAIS e por diálogos com Nancy Magabeira Unger e Domingos Armani.